

PARECER Nº 2, DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 1.722/2013, que “Institui o reconhecimento do Hip-Hop como movimento sociocultural de caráter popular no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.”

AUTOR: Deputado RÔNEY NEMER

RELATOR: Deputado RAIMUNDO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega para o exame de admissibilidade o Projeto de Lei nº 1.722/2013, da lavra do Deputado Rôney Nemer, cujo objetivo é dar reconhecimento ao Hip-Hop como movimento sociocultural de caráter popular.

Nos termos propostos, os artistas desse movimento são considerados agentes da cultura popular, devendo o Poder Público assegurar a realização de suas manifestações, dispensando-lhes o mesmo tratamento dado a outras manifestações de mesma natureza.

O projeto ainda determina ser da Secretaria de Cultura a competência para os assuntos relativos ao movimento, sem exclusão de outros órgãos também ligados à cultura.

O autor afirma que o Hip-Hop tornou-se uma *rebelião poética e uma revolução criativa*, sendo o maior movimento cultural do nosso tempo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL 1722 13
FOLHA 06 RUBRICA

A proposição foi examinada pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que conclui pela aprovação, nos aspectos relativos ao mérito.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

De acordo com a determinação constante do art. 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, a Comissão de Constituição e Justiça deve examinar esta proposição nos seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

Verificando a compatibilidade com o texto constitucional, vemos que a proposta, por versar sobre assunto de interesse local, encontra respaldo no art. 30, I, combinado com o art. 32, § 1º, ambos da Constituição Federal, que determinam:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Art. 32. (..)

§ 1º - Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.”

No âmbito local, a Lei Orgânica distrital estabelece:

“Art. 58. Cabe à Câmara Legislativa, com a sanção do Governador, não exigida esta para o especificado no art. 60 desta Lei Orgânica, dispor sobre todas as matérias de competência do Distrito Federal, especialmente sobre:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL 1722 13
FOLHA 07 RUBRICA

(...)

V – educação, saúde, previdência, habitação, cultura, ensino, desporto e segurança pública;

(...)” (grifamos)

Especificamente quanto ao tema “cultura”, nossa Lei Maior determinou:

“Art. 246. O Poder Público garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura; apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais, bem como a proteção do patrimônio artístico, cultural e histórico do Distrito Federal.

§ 1º Os direitos citados no caput constituem:

I – a liberdade de expressão cultural e o respeito a sua pluralidade;

II – o modo de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – a difusão e circulação dos bens culturais.

§ 2º O Poder Público propiciará a difusão dos bens culturais, respeitada a diversidade étnica, religiosa, ideológica, criativa e expressiva de seus autores e intérpretes.”

Como se vê, o legislador constituinte tratou de garantir o respeito à diversidade e à liberdade de expressão cultural. Também fica evidente no texto a intenção de que o Estado ofereça condições favoráveis para a difusão de todas as manifestações culturais, nas suas variadas formas.

De tudo o que foi exposto, parece-nos não haver obstáculo ao prosseguimento da proposta, para que seja submetida ao exame do Plenário desta Casa.

Assim, no que diz respeito às competências atribuídas à Comissão de Constituição e Justiça, nosso voto é pela ADMISSIBILIDADE do Projeto de Lei nº 1.722/2013.

Sala das Comissões, em

Deputada SANDRA FARAJ
Presidente


Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1722
FOLHA 09 FUE LA 13

FOLHA DE VOTAÇÃO DE PARECER**PROPOSIÇÃO: PL 1722/2013**

Institui o reconhecimento do Hip-Hop como movimento sociocultural de caráter popular no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

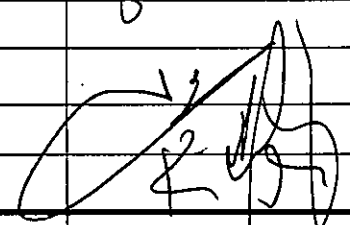
AUTORIA: **Dep. RÔNEY NEMER**

RELATORIA: **Dep. RAIMUNDO RIBEIRO**

PARECER: **Admissibilidade**

VOTO EM SEPARADO:

Assinam e votam o parecer na reunião realizada em 28/04/15, os Senhores Deputados:

Nome do Parlamentar	Presidente	Acompanhamento				Destaque	Assinaturas
	Relator	Sim	Não	Abst	Aus		
	Leitura						
Sandra Faraj	P	X					
Chico Leite					X		
Robério Negreiros		X					
Raimundo Ribeiro	R	X					
Bispo Renato Andrade		X					
Suplentes							
Prof. Israel Batista							
Chico Vigilante							
Rafael Prudente							
Liliane Roriz							
Rodrigo Delmasso							
	Totais	4			1		

RESULTADO:

(X) APROVADO

☒ Parecer do Relator

☐ Voto em Separado

() REJEITADO Relator do parecer do vencido: Dep.

() Emendas apresentadas na reunião (acatadas e rejeitadas):

() Concedida Vista ao Dep.

, em

☒ 6ª Ordinária

☐ Extraordinária


Eduardo Miranda Melis
Secretário – CCJ